

**DECRETO Nº 36.212 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022**

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação total o imóvel que especifica.

**O PREFEITO DO RECIFE**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 54, XI, da Lei Orgânica do Município do Recife, e tendo em vista o disposto no art. 5º, alínea "m" do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

**CONSIDERANDO**, a aquisição e posterior adaptação ou construção de unidades educacionais a serem vinculadas à rede municipal de educação do Recife;

**D E C R E T A :**

**Art. 1º** Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação total, o imóvel e as benfeitorias porventura existentes, situado na Rua Azeredo Coutinho, nº 333, bairro da Várzea, Recife – PE, perfazendo uma área de 1.792,00m².

**Art. 2º** O imóvel referido no artigo anterior destinar-se-á à instalação de uma unidade educacional.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta desapropriação correrão por conta das dotações orçamentárias nºs 1401.12.365.1.247.1.036 – Elemento de Despesa 44.9051.112 e 1401.12.361.1.207.1.043 – Elemento de Despesa 44.9051.112.

**Art. 4º** Fica a Secretaria de Educação, órgão da Administração Pública Direta do Município do Recife, autorizada, na forma legal pertinente, a promover a desapropriação de que trata este Decreto.

**Art. 5º** Fica autorizada a declaração de urgência da desapropriação, quando da propositura de Ação Judicial, para fins de imissão provisória na posse do imóvel de que trata este Decreto.

**Art. 6º** O ente referido no artigo anterior deverá apurar todos os débitos tributários passíveis de compensação com o valor da indenização, nos termos da legislação em vigor.

**Parágrafo único.** Na hipótese de desapropriação judicial, deverá ser depositado o valor integral da indenização, fazendo-se posteriormente a compensação.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 23 de dezembro de 2022.

**JOÃO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS**  
Prefeito do Recife

**PEDRO JOSÉ DE ALBUQUERQUE PONTES**  
Procurador Geral do Município

**FREDERICO DA COSTA AMANCIO**  
Secretário de Educação

**CARLOS EDUARDO MUNIZ PACHECO**  
Secretário de Governo e Participação Social



Número: **0170988-51.2022.8.17.2001**

Classe: **DESAPROPRIAÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara da Fazenda Pública da Capital**

Última distribuição : **29/12/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.350.000,00**

Assuntos: **Desapropriação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MUNICIPIO DO RECIFE (AUTOR)			
ROBERTA MARIA AURELIANO (RÉU)			
EMILIO ROBERTO AURELIANO (RÉU)			
LEIDECLERES NEVES MONTEIRO AURELIANO (RÉU)			
MARCIANO AURELIANO FILHO (RÉU)			
FELISBERTA DO SOCORRO FALCAO PEREIRA (RÉU)			
DULCE AURELIANO CORREA DE ARAUJO (RÉU)			
MURILO CORREA DE ARAÚJO (RÉU)			
PEDRO PAULO AURELIANO (RÉU)			
FERNANDO ANTONIO AURELIANO (RÉU)			
ANA CELINA TRAVASSOS DE AGUIAR AURELIANO (RÉU)			
MARIA DO CARMO AURELIANO VITAL (RÉU)			
LUCIANO BURIL VITAL (RÉU)			
TEREZA CRISTINA AURELIANO (RÉU)			
FLORENCA AURELIANO (RÉU)			
JULIANA AURELIANO DE ALENCAR MONTEIRO LOURENCO (RÉU)			
WANSTAMPTON LOURENCO DA SILVA (RÉU)			
JOSE MARCELO AURELIANO MONTEIRO (RÉU)			
LUCINEIDE MARIA DE SOUZA MONTEIRO (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
122667087	29/12/2022 09:48	<a href="#">Ações Processuais\Petição\Petição Inicial\Petição Inicial (Outras)</a>	Ações Processuais\Petição\Petição Inicial\Petição Inicial (Outras)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_ª VARA  
DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DO RECIFE /PE**

**Processo nº**

O **MUNICÍPIO DO RECIFE**, pessoa jurídica de direito público, com sede no Cais do Apolo, nº 925, bairro do Recife, nesta cidade do Recife, PE, neste ato representado pelo Procurador Judicial que subscreve a presente, que receberá intimações no 3º andar da referida sede, vem, com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21.06.41, propor a presente **AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO** com pedido de imissão provisória na posse, em face de:

- (i) **ROBERTA MARIA AURELIANO**, brasileira, solteira, psicóloga, CPF 053.814.014-34;
- (ii) **EMÍLIO ROBERTO AURELIANO**, brasileiro, comerciante, CPF 084.164.944-87, e de sua esposa **LEIDECLERES NEVES MONTEIRO AURELIANO**, brasileira, professora, CPF 855.684.814-15;
- (iii) **MARCIANO AURELIANO FILHO**, brasileiro, bancário, CPF 004.642.794-53, e de sua esposa **FELISBERTA DO SOCORRO FALCÃO AURELIANO**, brasileira, doméstica, CPF 525.353.713-91;
- (iv) **DULCE AURELIANO CORREA DE ARAÚJO**, brasileira, terapeuta ocupacional, CPF 037.465.854-49, e de seu esposo **MURILO CORREA DE ARAÚJO**, brasileiro, bancário, CPF 393.252.082-91;
- (v) **PEDRO PAULO AURELIANO**, brasileiro, solteiro, funcionário público federal, CPF 054.097.994-53;
- (vi) **FERNANDO ANTÔNIO AURELIANO**, brasileiro, biomédico, CPF 124.039.114-53, casado com **ANA CELINA TRAVESSOS DE AGUIAR AURELIANO**, brasileira, nutricionista, CPF 090.157.954-87;
- (vii) **MARIA DO CARMO AURELIANO**, brasileira, doméstica, CPF 084.600.944-72, e de seu esposo **LUCIANO BURIL VITAL**, brasileiro, autônomo, CPF 063.334.864-34;



(viii) **TEREZA CRISTINA AURELIANO**, brasileira, solteira, eletricista, CPF 102.393.834-00;

(ix) **FLORENÇA AURELIANO**, brasileira, solteira, estudante, CPF 361.386.060-00; e

(x) **JULIANA AURELIANO DE ALENCAR MONTEIRO LOURENÇO**, brasileira, engenheira agrônoma, CPF 695.769.394-53, e de seu esposo **WANSTAMPTON LOURENÇO DA SILVA**, brasileiro, autônomo, CPF 697.574.614-15; e **JOSÉ MARCELO AURELIANO MONTEIRO**, brasileiro, enfermeiro, CPF 936.737.014-87 e sua esposa **LUCINEIDE MARIA DE SOUZA MONTEIRO**, brasileira, técnica contábil, CPF 037.724.254-37;

Informa-se como endereço para citação de todas as partes acima indicadas o do imóvel localizado na Rua Azeredo Coutinho nº 333, Várzea, Recife, PE, CEP CEP 50741-110, consoante fatos e fundamentos jurídicos adiante expostos.

### **I – Considerações Iniciais**

O imóvel localizado na *Rua Azeredo Coutinho nº 333, Várzea, Recife, PE*, é necessário para a instalação de unidade de educação, conforme se observa no Decreto Municipal nº 36.212, de 23.12.2022, em anexo (**doc. 01**). Em complemento, encaminha-se o Diário Oficial Municipal de 24.12.2022, em que o referido Decreto foi publicado (**doc. 02**).

Como se observa no referido ato, o imóvel foi identificado como de utilidade pública para fins de desapropriação total de seu terreno (área de 1.792,00 m<sup>2</sup>) e de suas benfeitorias.

Na forma do art. 5º do referido Decreto, **requer-se urgência na presente desapropriação**, de modo a abreviar a tramitação processual e o tempo de instalação da referida unidade educacional.

Em anexo, segue certidão do órgão registral competente (4º Registro de Imóveis do Recife, conforme fls. 02 e ss. do **doc. 03**) que informa os nomes dos proprietários do referido bem (vide R-11 e R-18).

O imóvel, que originalmente era de titularizado pelo Sr. Marciano Aureliano da Silva e de por esposa, Sra. Maria Tereza Aureliano, atualmente é de propriedade de seus herdeiros, em virtude do falecimento de ambos.



Como destacado pelo RGI, o inventário do Sr. Marciano Aureliano da Silva foi realizado no âmbito do processo 0006547-75.1981.8.17.0001, que tramitou perante a 1ª Vara de Sucessões e Registros Públicos do Recife/PE. Adicionalmente (vide AV-17), o RGI relatou o falecimento da Sra. Maria Tereza Aureliano em 24.10.2004, bem como a realização de formal de partilha.

Ainda conforme o RGI (vide AV-03, fl. 03 do **doc. 03**), trata-se de terreno próprio, informação confirmada pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU (vide fl. 09 do **doc. 03**).

Conforme Laudo de Avaliação específico (**doc. 04**), o referido imóvel (considerando terreno e benfeitorias) foi valorado em **R\$1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais)**.

Como destacado pelo referido Laudo, o bem desapropriando possui duas frentes (R. Azeredo Coutinho nº 333 e R. João Francisco Lisboa nº 306):



## ***II – Da oferta como justa indenização.***

O Município do Recife solicitou a avaliação do imóvel a ser desapropriado, o que resultou na elaboração do laudo em anexo (**doc. 04**).

Como destacado no item acima, o imóvel foi avaliado em **R\$1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais)**. Assim, o Município do Recife reconhece como justo o preço constante do mencionado laudo de avaliação. O laudo contém, vale destacar, informações detalhadas sobre a metodologia adotada e todos os fatores importantes na avaliação do imóvel.

## ***III - A urgência e o pedido de imissão provisória.***

Como já referido, o imóvel objeto da presente desapropriação foi identificado como de utilidade pública e foi requerida **urgência** na propositura da demanda. A imissão provisória na posse é necessária para a implantação de importante unidade de educação infantil.

A Edilidade, nesta oportunidade, e pelas razões já apontadas, **destaca a urgência na desapropriação**, com respaldo no art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941. Requer-se ao MM. Juízo, assim, a autorização do depósito do valor ofertado e que determine, de imediato, a **imissão provisória da Edilidade na posse do bem desapropriando**, antes mesmo da citação.

Vale destacar que a imissão provisória, uma vez atendidos os requisitos do Decreto-Lei 3.365, de 1941, é direito subjetivo da Administração, já que há urgência e oferta-se o depósito prévio da justa indenização.

## ***IV - Dos pedidos***

Pelo exposto, vem-se requerer:

- a) o deferimento da **imediata imissão provisória na posse, em regime de urgência**, em favor do Município do Recife, com a autorização do



depósito do valor de **R\$1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais)**, referente à indenização pelo referido imóvel; e

- b) seja determinada a citação dos demandados para contestar a presente ação e prestar informações relativas a outros interessados, de acordo com o artigo 38, do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, prosseguindo-se, até decisão final, com a efetiva desapropriação do bem discriminado na exordial, confirmando-se o preço ofertado pela Edilidade;
- c) que, antes do levantamento do valor depositado, os demandados em questão apresentem, entre outras, a certidão negativa de tributos municipais, abatendo-se eventuais débitos do montante a ser levantado;

O Município protesta pela produção das provas em direito admitidas. Dá-se à causa o valor de R\$1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais).

Pede deferimento.

Recife, 28 de dezembro de 2022.

**Paulo Gesteira Costa Filho**  
Procurador Judicial  
OAB nº 23.665-D/PE



**Credor**

Tipo/Nº: 53.5 - TERCEIRA VARA DA FAZENDA PUBLICA DA CAPITAL  
Endereço: COMPLEXO JOANA BEZERRA, s/n - ILHA JOANA BEZERRA - RECIFE - PE CEP: 50.000.  
Insc. Estadual: Insc. Mercantil: CNPJ: 11.431.327/0001-34

**Unidade Orçamentária**

Órgão/Unidade: 14.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

**Classificação Orçamentária**

Ação: 1.036 - EXPANSÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO INFANTIL  
Subação: 00001 - Outras Medidas  
Grupo Despesa: 4.4 - INVESTIMENTOS  
Mod./Elemento Despesa: 90.61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS  
Fonte: 0500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

**Detalhamento da Despesa**

Subelemento: 2 - TERRENOS  
Objeto: 05003 - AQUISIÇÃO DE TERRENO  
Operação: 1 - Outras Medidas

**Outros Detalhamentos**

Referência Legal: 98 - DISPENSADO - DISP. NAO REQUER LICITACAO  
Convênio: (Ano/Nº) / Contrato: (Ano/Nº) Competência: (Mês/Ano) 02/2023  
Domicílio Bancário: Banco: 1 Agência: 3234 Conta Bancária: 105400 Conta Gráfica: 105400

**Itens**

Histórico Fixo: 5586 - DESPESA REFERENTE A AQUISIÇÃO DE IMÓVEL  
Histórico Variável: SITUADO NA RUA AZEREDO COUTINHO Nº 333, BAIRRO DA VARZEA, RECIFE-PE. POA 2023.7.007.

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	UN	1,0000	1.350.000,0000	1.350.000,00
			<b>Total:</b>	1.350.000,00

**Emissão - Ordenador de Despesa****Atesto de Execução da Despesa****Liquidação - Ordenador de Despesa****Pagamento - Ordenador de Despesa****Pagamento - Ordenador de Despesa**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: MUNICIPIO DO RECIFE

Réu: EMILIO ROBERTO AURELIANO

RECIFE - 3 VARA FAZ. PUBLICA

Processo: 0170988-51.2022.8.17.2001 - ID 081140000007250206

Guia c/ núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)>Governo>Judiciario>Guia Dep.Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente

para efetivação do depósito.

BANCO DO BRASIL

001-9

00190.00009 02836.585014 08654.839177 1 92690135000000

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

MUNICIPIO DO RECIFE

CNPJ: 10.565.000/0001-92

TRIBUNAL DE JUSTICA. PE - PROCESSO: 0170988-51.2022.8.17.2001 - 11431327000134, RECIFE - 3 VARA FAZ. PUBLICA

Beneficiário Final

TRIBUNAL DE JUSTICA. PE - 11431327000134

Nosso-Número

28365850108654839

Nr. Documento

81140000007250206

Data de Vencimento

22/02/2023

Valor do Documento

1.350.000,00

(=) Valor Pago

1.350.000,00

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço

BANCO DO BRASIL S.A. - SETOR PUBLICO RJ

Agência/Código do Beneficiário

2234 / 99747159-X

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL

001-9

00190.00009 02836.585014 08654.839177 1 92690135000000

Local de Pagamento

PAGAR PREFERENCIALMENTE NOS CANAIS DE AUTOATENDIMENTO DO BANCO DO BRASIL

Data de Vencimento

22/02/2023

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ

BANCO DO BRASIL S.A. - SETOR PUBLICO RJ

Agência/Código do Beneficiário

2234 / 99747159-X

Data do Documento

03/02/2023

Nr. Documento

81140000007250206

Espécie DOC

ND

Aceite

N

Data do Processamento

03/02/2023

Nosso-Número

28365850108654839

Uso do Banco

81140000007250206

Carteira

17

Espécie

R\$

Quantidade

xValor

(=) Valor do Documento

1.350.000,00

Informações de Responsabilidade do Beneficiário

GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081140000007250206 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), opção S etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep

(-) Desconto/Abatimento

(+) Juros/Multa

(=) Valor Cobrado

1.350.000,00

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

MUNICIPIO DO RECIFE

CNPJ: 10.565.000/0001-92

TRIBUNAL DE JUSTICA. PE - PROCESSO: 0170988-51.2022.8.17.2001 - 11431327000134, RECIFE - 3 VARA FAZ. PUBLICA

Beneficiário Final

TRIBUNAL DE JUSTICA. PE - 11431327000134

Código de Baixa

Autenticação Mecânica

Ficha de Compensação



**Credor**

Tipo/Nº: 53.5 - TERCEIRA VARA DA FAZENDA PUBLICA DA CAPITAL  
Endereço: COMPLEXO JOANA BEZERRA, s/n - ILHA JOANA BEZERRA - RECIFE - PE CEP: 50.000.  
Insc. Estadual: Insc. Mercantil: CNPJ: 11.431.327/0001-34

**Unidade Orçamentária**

Órgão/Unidade: 14.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

**Classificação Orçamentária**

Ação: 1.036 - EXPANSÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO INFANTIL  
Subação: 00001 - Outras Medidas  
Grupo Despesa: 4.4 - INVESTIMENTOS  
Mod./Elemento Despesa: 90.61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS  
Fonte: 0500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

**Detalhamento da Despesa**

Subelemento: 2 - TERRENOS  
Objeto: 05003 - AQUISIÇÃO DE TERRENO  
Operação: 1 - Outras Medidas

**Outros Detalhamentos**

Referência Legal: 98 - DISPENSADO - DISP. NAO REQUER LICITACAO  
Convênio: (Ano/Nº) / Contrato: (Ano/Nº) Competência: (Mês/Ano) 02/2023  
Domicílio Bancário: Banco: 1 Agência: 3234 Conta Bancária: 105400 Conta Gráfica: 105400

**Itens**

Histórico Fixo: 5586 - DESPESA REFERENTE A AQUISIÇÃO DE IMÓVEL  
Histórico Variável: SITUADO NA RUA AZEREDO COUTINHO Nº 333, BAIRRO DA VARZEA, RECIFE-PE. POA 2023.7.007.

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	UN	1,0000	1.350.000,0000	1.350.000,00
			<b>Total:</b>	1.350.000,00

**Emissão - Ordenador de Despesa****Atesto de Execução da Despesa****Liquidação - Ordenador de Despesa****Pagamento - Ordenador de Despesa****Pagamento - Ordenador de Despesa**

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

0050 - CAIS DO APOLO, PE

DATA: 16/02/2023

TERMINAL: 1103

NSU: 000458

HORA: 12:02:36

AUT.: 0040

COMPROVANTE DE PAGAMENTO  
BOLETO COM CODIGO DE BARRAS

REPRESENTACAO NUMERICA DO CODIGO DE BARRAS

00190.00009 02836.585014

08654.839177 1 92690135000000

INSTITUICAO EMISSORA: 001-BANCO DO BRASIL S/A

BENEFICIARIO

NOME FANTASIA: SISTEMA DJO - DEPOSITO JUDICIAL

NOME/RAZAO SOCIAL: BANCO DO BRASIL S.A. - SETOR

PUBLICO RJ

CPF/CNPJ: 00.000.000/4906-95

SACADOR/AVALISTA

NOME: TRIBUNAL DE JUSTICA. PE

CPF/CNPJ: 11.431.327/0001-34

PAGADOR

NOME: MUNICIPIO DO RECIFE

CPF/CNPJ: 10.565.000/0001-92

PORTADOR

NOME: PCR SECRETARIA DE EDUCACAO

CPF/CNPJ: 10.565.000/0001-92

DATA DE VENCIMENTO:

22/02/2023

VALOR NOMINAL:

1.350.000,00

VALOR TOTAL:

1.350.000,00

VALOR PAGO:

1.350.000,00

INFORMACOES, RECLAMACOES, SUGESTOES E ELOGIOS

ALO CAIXA: 4004 0104 (CAPITAIS E REGIOES

METROPOLITANAS)

ALO CAIXA: 0800 104 0104 (DEMAIS REGIOES)

SAC CAIXA: 0800 726 0101

SAC CAIXA: 0800 726 2492 (PESSOAS COM

DEFICIENCIA AUDITIVA)

PORTAL FALE CONOSCO:

WWW.CAIXA.GOV.BR/FALECONOSCO/

OUVIDORIA CAIXA: 0800 725 7474

[bb.com.br] - Boleto gerado pelo sistema . 03/02/2023 15:47:26

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: MUNICIPIO DO RECIFE

Réu: EMILIO ROBERTO AURELIANO

RECIFE - 3 VARA FAZ. PUBLICA

Processo: 0170988-51.2022.8.17.2001 - ID 081140000007250206

Guia c/ núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)>Governo>Judiciário>Guia Dep.Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente

para efetivação do depósito.

Atesto que o serviços foram prestados e  
que o valor a pagar foi conferido conforme

NEOP nº 23.0400

Conv. nº

Entidade: Seduc

Em, 14/02/2023

Ass. do Responsável/Mat. nº

NSU  
339

Carlos Eduardo da Silva  
Chefe de Departamento  
Secretaria de Educação  
M. 12621-6

 BANCO DO BRASIL

001-9

00190.00009 02836.585014 08654.839177 1 92690135000000

Recibo do Pagador

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

MUNICIPIO DO RECIFE

CNPJ: 10.565.000/0001-92

TRIBUNAL DE JUSTICA. PE - PROCESSO: 0170988-51.2022.8.17.2001 - 11431327000134, RECIFE - 3 VARA FAZ. PUBLICA

Beneficiário Final

TRIBUNAL DE JUSTICA. PE - 11431327000134

Nosso Número

28365850108654839

Nr. Documento

81140000007250206

Data de Vencimento

22/02/2023

Valor do Documento

1.350.000,00

(=) Valor Pago

1.350.000,00

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço

BANCO DO BRASIL S.A. - SETOR PUBLICO RJ

Agência/Código do Beneficiário

2234 / 99747159-X

Autenticação Mecânica





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

### 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

3ª Vara da Fazenda Pública da Capital  
Processo nº 0170988-51.2022.8.17.2001  
AUTOR: MUNICIPIO DO RECIFE

RÉU: ROBERTA MARIA AURELIANO, EMILIO ROBERTO AURELIANO, LEIDECLERES NEVES MONTEIRO AURELIANO, MARCIANO AURELIANO FILHO, FELISBERTA DO SOCORRO FALCAO PEREIRA, DULCE AURELIANO CORREA DE ARAUJO, MURILO CORREA DE ARAÚJO, PEDRO PAULO AURELIANO, FERNANDO ANTONIO AURELIANO, ANA CELINA TRAVASSOS DE AGUIAR AURELIANO, MARIA DO CARMO AURELIANO VITAL, LUCIANO BURIL VITAL, TEREZA CRISTINA AURELIANO, FLORENCA AURELIANO, JULIANA AURELIANO DE ALENCAR MONTEIRO LOURENCO, WANSTAMPTON LOURENCO DA SILVA, JOSE MARCELO AURELIANO MONTEIRO, LUCINEIDE MARIA DE SOUZA MONTEIRO

#### MANDADO DE IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE

O(A) Exmo.(a) Sr.(a) Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, em virtude de lei, MANDA que o(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **PROCEDA À IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE** do imóvel abaixo descrito em favor de **AUTOR MUNICÍPIO DO RECIFE**, devendo o(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça cientificar aos ocupantes que a desocupação voluntária far-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, após o que o oficial de justiça estará autorizado a fazer a imissão compulsória na posse e respectiva desocupação, tudo conforme o despacho de ID nº126917421 e a decisão de ID nº122818965 proferidos nos autos, cujas cópias seguem em anexo, como parte integrante deste.

**Descrição/Endereço do imóvel:** Imóvel situado na Rua Azeredo Coutinho, nº 333, no bairro da Várzea, Recife - PE - CEP 50741-110;

#### DESPACHO - ID Nº 126917421:

##### "DESPACHO

Comprovado o depósito judicial (ID 126344735), cumpra-se a parte final da Decisão de ID 122818965 no sentido de expedir o mandado de imissão provisória na posse.



Intime-se a parte Autora para apresentar réplica à contestação.

Prazo: 30 (trinta) dias.

Após certificado, à conclusão.

Intimem-se. Cumpra-se.

RECIFE, 1 de março de 2023

**MILENA FLORES FERRAZ CINTRA**

**Juíza de Direito"**

## **DECISÃO - ID Nº 122818965:**

### **"DECISÃO**

Trata-se Ação de desapropriação promovida pelo MUNICÍPIO DO RECIFE em face de ROBERTA MARIA AURELIANO, EMILIO ROBERTO AURELIANO, LEIDECLERES NEVES MONTEIRO AURELIANO, MARCIANO AURELIANO FILHO, FELISBERTA DO SOCORRO FALCAO PEREIRA, DULCE AURELIANO CORREA DE ARAUJO, MURILO CORREA DE ARAÚJO, PEDRO PAULO AURELIANO, FERNANDO ANTONIO AURELIANO, ANA CELINA TRAVASSOS DE AGUIAR AURELIANO, MARIA DO CARMO AURELIANO VITAL, LUCIANO BURIL VITAL, TEREZA CRISTINA AURELIANO, FLORENCA AURELIANO, JULIANA AURELIANO DE ALENCAR MONTEIRO LOURENCO, WANSTAMPTON LOURENCO DA SILVA, JOSE MARCELO AURELIANO MONTEIRO e LUCINEIDE MARIA DE SOUZA MONTEIRO, qualificados, requerendo, em suma, a imissão na posse no imóvel situado na Rua Azeredo Coutinho, nº 333, no bairro da Várzea, nesta capital, ofertando para tanto o valor de R\$1.350.000,00 (um milhão trezentos e cinquenta mil reais), conforme laudo de avaliação (ID 122667092).

O pedido foi instruído com o Decreto Expropriatório nº 36.212/2022, laudo de avaliação, certidões do SPU e do RGI, dentro outros documentos.

Alega que na área objeto da desapropriação será instalada uma unidade educacional, razão pela qual pede urgência na concessão da imissão provisória na posse.

Brevemente relatados. Decido.

Custas processuais serão pagas ao final pelo vencido, nos termos do art. 91 do CPC.



A teor do art. 15, §1º, do Decreto-Lei nº 3.365/41, a imissão provisória na posse poderá ser feita mediante o depósito do preço ofertado, na conformidade das alíneas "a" a "d".

Assim, DEFIRO a efetivação do depósito, no valor de R\$1.350.000,00 (um milhão trezentos e cinquenta mil reais) em favor de Roberta Maria Aureliano, Emilio Roberto Aureliano, Leidecleres Neves Monteiro Aureliano, Marciano Aureliano Filho, Felisberta do Socorro Falcão Pereira, Dulce Aureliano Correa de Araújo, Murilo Correa de Araújo, Pedro Paulo Aureliano, Fernando Antônio Aureliano, Ana Celina Travassos de Aguiar Aureliano, Maria do Carmo Aureliano Vital, Luciano Buril Vital, Tereza Cristina Aureliano, Florença Aureliano, Juliana Aureliano de Alencar Monteiro Lourenço, Wanstampton Lourenço da Silva, Jose Marcelo Aureliano Monteiro e Lucineide Maria de Souza Monteiro.

Efetuada o depósito, tenho que se encontrarão cumpridas as demais exigências legais para o deferimento da imissão provisória na posse, devendo ser expedido o respectivo mandado.

No expediente deverá constar que a desocupação voluntária far-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, após o que o oficial de justiça estará autorizado a fazer a imissão compulsória na posse e respectiva desocupação.

Publique-se edital e proceda-se de acordo com o art. 34 do Decreto-Lei 3.365/71.

Pautando-me nos princípios constitucionais da razoável duração do processo e da economicidade processual, deixo de designar audiência de conciliação ou de mediação prevista no art. 334 do CPC, não havendo prejuízos às partes, pois poderão a qualquer momento processual solicitar a este Juízo audiência para tentativa de autocomposição, e determino desde já a **CITAÇÃO dos Réus** para que respondam, querendo, aos termos da petição inicial.

Intimem-se. Cumpra-se.

Recife, 3 de janeiro de 2023.

**MILENA FLORES FERRAZ CINTRA**

**Juíza de Direito"**

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tje.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessário a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tje.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

**Local da diligência: Rua Azeredo Coutinho, nº 333, no bairro da**



## Várzea, Recife - PE - CEP 50741-110;

Eu, OBERDAN BARBOSA DA SILVA, o digitei e assino.

RECIFE, 2 de maio de 2023.

Oberdan Barbosa da Silva

Técnico Judiciário, Assina por ordem da MMA. Juíza de Direito

---

**ADVERTÊNCIA:** a ofensa, através de palavras ou atos, que redunde em vexame, humilhação, desprestígio ou irreverência ao oficial de justiça poderá configurar o **crime de desacato**. (Instrução Normativa nº 9/2006, art. 41.)

---

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tje.jus.br](http://www.tje.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Assinado eletronicamente por: **OBERDAN BARBOSA DA SILVA**

**02/05/2023 16:29:45**

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **131972040**



23050216294508600000128922250

imprimir



## AUTO DE IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, nesta Cidade de Recife, Capital do Estado de Pernambuco, onde nós Oficiais de Justiça, ao final assinados, em cumprimento ao Mandado de Imissão Provisória de Posse, do MM Juiz de Direito da 3ª. V. Faz. Pública da Capital, e extraído dos autos do Proc. no. 0170988-51-2022., requerido pelo Autor: Município do Recife, contra os Réus: Roberta Maria Aureliano, Emilio Roberto Aureliano, Leidecleres Neves Monteiro Aureliano, Marciano Aureliano Filho, Felisberta do Socorro Falcão Pereira, Dulce Aureliano Correa de Araújo, Murilo Correa de Araújo, Pedro Paulo Aureliano, Fernando Antônio Aureliano, Ana Celina Travassos de Aguiar Aureliano, Maria do Carmo Aureliano Vital, Luciano Buril Vital, Tereza Cristina Aureliano, Florença Aureliano, Juliana Aureliano de Alencar Monteiro Lourenço, Wanstampoton Lourenço da Silva, José Marcelo Aureliano Monteiro, Lucineide Maria de Souza Monteiro., nos dirigimos à Rua Azeredo Coutinho, no 333., bairro da Várzea, em Recife/PE, da .....ª. Zona, em Recife/PE, e ai estando, após cumpridas todas as formalidades legais, passamos a proceder com a IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE, do imóvel localizado, no endereço acima descrito, consoante a Ordem Judicial prolatada., dando ciência aos ocupantes, pôr seu representante, Sr. Wanstampoton Lourenço da Silva, que aceitou a contrafé, mas não exarou nota de ciente, para a desocupação voluntária, em 30 dias, sob pena de desocupação compulsória, já determinada no Despacho, Id. no.126917421, e r. Decisão sob o Id no. 122818965., e para constar lavramos o presente Auto, que depois de lido e achado conforme, segue assinado, pôr nós Oficiais de Justiça., pelas testemunhas, e representante legal do Autor.x.x.x.x.

- ..... Wanstampoton Lourenço da Silva ..... - Of. Justiça - Mat. 153.835-7

- ..... Wanstampoton Lourenço da Silva ..... - Of. Justiça - Mat.

- ..... Wanstampoton Lourenço da Silva ..... - Imitido na Posse Provisória - Autor

Test: 1 - monluce ..... / 2 - monluce .....

Ind - 2.951.971

CPF - 574.710.374-85

D RG. 1831678 505/PE

CPF 252.463.994-00